

## Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres no Município de Marabá – PA

Profile of the aggressor and factors associated with violence against women in the Municipality of Marabá - PA

Perfil del agresor y factores asociados a la violencia contra mujeres en el Municipio de Marabá - PA

Recebido: 19/08/2021 | Revisado: 23/08/2021 | Aceito: 31/08/2021 | Publicado: 03/09/2021

### **Cilene Aparecida de Souza Melo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-6466>  
Universidade do Estado do Pará e Faculdade Carajás, Brasil  
E-mail: [cilene@uepa.br](mailto:cilene@uepa.br)

### **João Vitor Novais de Araújo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1451-7361>  
Universidade do Estado do Pará, Brasil  
E-mail: [joao.araujo@aluno.uepa.br](mailto:joao.araujo@aluno.uepa.br)

### **Raissa Raiane Feitosa Costa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4387-2314>  
Universidade do Estado do Pará, Brasil  
E-mail: [raissa.costa@aluno.uepa.br](mailto:raissa.costa@aluno.uepa.br)

### **Saile Riklaw Campos Alvarenga**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9572-6765>  
Universidade do Estado do Pará, Brasil  
E-mail: [saile.alvarenga@aluno.uepa.br](mailto:saile.alvarenga@aluno.uepa.br)

### **Ewerton Lima da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5794-633X>  
Universidade do Estado do Pará, Brasil  
E-mail: [ewerton.lsilva@aluno.uepa.br](mailto:ewerton.lsilva@aluno.uepa.br)

### **Tábata Pereira da Silva Veloso**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0131-0783>  
Fundação ParáPaz Pólo Integrado de Marabá, Brasil  
E-mail: [tabataveloso@gmail.com](mailto:tabataveloso@gmail.com)

### **Heide Patrícia Nunes de Castro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9833-074X>  
Coordenadoria especial de políticas públicas para mulheres, Brasil  
E-mail: [heide.castroadv@gmail.com](mailto:heide.castroadv@gmail.com)

### **Resumo**

**Objetivo:** Identificar o perfil dos autores de violência contra a mulher no município de Marabá, Pará. **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e documental de caráter retrospectivo, realizado a partir de fichas de atendimentos a mulheres vítimas de violência da Fundação ParáPaz nos anos de 2019 (216 fichas) e 2020 (271 fichas); analisadas pela estatística descritiva e Teste do Qui-Quadrado. **Resultados:** Eram majoritariamente do sexo masculino, na faixa etária de 30-39 anos, com maior representatividade de cônjuges e ex-cônjuges. **Conclusão:** A violência contra mulher é uma problemática sobre a qual é necessário compreender seus autores. Nesse sentido, com base nos dados encontrados, observou-se a vulnerabilidade da mulher desde a violência sofrida até a sua notificação. A realidade aqui evidenciada poderá instigar novos estudos para dimensionar melhor o fenômeno na região e propiciar estratégias de prevenção a essa problemática, mediante a implementação de ações educativas com os autores de tais delitos.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher; Agressores; Perfil do agressor; Marabá-PA.

### **Abstract**

**Objective:** To identify the profile of perpetrators of violence against women in the municipality of Marabá, Pará. **Methods:** This is a cross-sectional, quantitative and documental retrospective study, carried out from the records of assistance to women victims of violence of the ParáPaz Foundation in the years 2019 (216 records) and 2020 (271 records); analyzed by descriptive statistics and Chi-square test. **Results:** They were mostly male, in the age range of 30-39 years, with greater representation of spouses and ex-spouses. **Conclusion:** Violence against women is a problem about which it is necessary to understand its authors. In this sense, based on the data found, it was observed the vulnerability of women from the violence suffered until its notification. The reality evidenced here can instigate new

studies to better dimension the phenomenon in the region and provide prevention strategies to this problem, through the implementation of educational actions with the authors of such crimes.

**Keywords:** Violence Against Women; Aggressors; Profile of the aggressors; Marabá-PA.

### Resumen

Objetivo: Identificar el perfil de los perpetradores de violencia contra las mujeres en la ciudad de Marabá, Pará Métodos: Se trata de un estudio retrospectivo, transversal, cuantitativo y documental, realizado a partir de historias clínicas de mujeres víctimas de violencia por la Fundación ParaPaz. en los años 2019 (216 tokens) y 2020 (271 tokens); analizados mediante estadística descriptiva y la prueba de chi-cuadrado. Resultados: la mayoría eran hombres, con edades comprendidas entre 30 y 39 años, con mayor representación de cónyuges y ex cónyuges. Conclusión: La violencia contra la mujer es un problema que sus perpetradores deben comprender. En este sentido, con base en los datos encontrados, la vulnerabilidad de las mujeres a la violencia sufrida hasta que se observó su notificación. La realidad aquí resaltada puede promover más estudios para escalar mejor el fenómeno en la región y brindar estrategias de prevención de esta problemática, a través de la implementación de acciones educativas con los autores de estos delitos.

**Palabras clave:** Violencia contra la mujer; Infractores; Perfil del infractor; Marabá-PA.

## 1. Introdução

A violência contra a mulher (VCM) compreende um espectro de manifestações que variam desde abuso verbal à violência física e feminicídio, atingindo todos os países independente de condições socioeconômicas, crenças e culturas (Caicedo-Roa et al., 2019). O reconhecimento da VCM como um problema de saúde pública evitável deu origem, em 1984, a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), no Brasil, essa convenção contribuiu para estruturar e regularizar a promoção da igualdade de gênero, acarretando o reconhecimento constitucional da igualdade de gênero na constituição de 1988. Em 2006, criou-se a Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha sobre violência doméstica e familiar, que regulamenta punições para os agressores, incluindo também medidas preventivas para defesa das vítimas (Gattegno et al., 2016).

Dentro do largo espectro compreendido na VCM, destaca-se a violência doméstica praticada por parceiro íntimo (VPI) ou pessoas muito próximas. Gattegno et al. (2016) em pesquisa realizada em dois estados brasileiros, demonstraram que a maioria das mulheres que sofreram violência nos 12 meses anteriores à pesquisa relataram que os casos ocorreram em casa por parceiros íntimos, sendo as mais prevalentes física e psicológica. Em consonância, Semahegn et al. (2019) destaca que cerca de 35% dos casos de violência contra a mulher e dois terços dos assassinatos de mulheres tem como autores parceiros íntimos. A VPI traz consequências graves para a saúde e qualidade de vida da vítima, gerando consequências como lesão física, dor crônica, pensamentos suicidas, estando relacionada com idade precoce da primeira união, alto número de partos e gravidezes indesejadas, resultando, de forma geral, em perdas em anos de vida das vítimas (Bott et al., 2021; Semahegn et al., 2019).

De acordo com Cortez e Souza (2010), alguns estudos evidenciaram a ocorrência da violência contra a parceira como uma tentativa do agressor manter sua masculinidade intacta, sendo este conceito baseado na visão patriarcal que estimula o homem a manter uma posição de comando na relação, podendo utilizar da violência para controlar e educar a parceira. Esse comportamento evidencia-se em quatro categorias de justificativas para as agressões: a) ela me desrespeitou como homem, b) ela me provocou, c) o homem tem o direito de controlar sua mulher, e d) a mulher aceita a situação de violência.

Ao considerar que tais perspectivas e atributos são ensinados aos homens, faz-se necessária a criação de espaços para a desconstrução de estereótipos de gênero e reflexão masculina sobre seus atos, o que já é previsto na Lei Maria da Penha. No entanto, no cenário nacional, tais intervenções ainda são poucas frente a esse crescente problema público (Estrela et al., 2020). Além disso, em 2013, o país ocupou a 5ª posição no ranking mundial referente às taxas de feminicídio. No âmbito nacional, o Estado do Pará é o primeiro lugar nesse quesito da região Norte e 10º lugar no contexto nacional. Tais fatos reforçam a necessidade de intervenção sobre tal problemática (Bernado, 2019).

A esse respeito, vale pontuar que diversas pesquisas sobre violência de gênero e violência doméstica estão disponíveis, entretanto, verificam-se lacunas em relação ao parceiro-agressor (Cortez & Souza, 2010). A inclusão dos agressores como um

objeto de estudo é de suma importância por fornecer elementos fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento dessa problemática. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo identificar o perfil dos autores de violência contra a mulher no município de Marabá.

## 2. Metodologia

O presente trabalho trata-se de um estudo transversal, quantitativo e documental de caráter retrospectivo (Estrela, 2018). Realizado na Fundação ParáPaz, especializada no auxílio e apoio de mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e sexual, localizado na cidade de Marabá, no sudoeste do Pará. Para a realização da coleta de dados, foi elaborado um instrumento, aplicado sobre as fichas de atendimento de casos de violência contra a mulher adulta relatados em arquivos do período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020, que contou com as variáveis: sexo, faixa etária, relação entre vítima e agressor, etnia, religião e escolaridade; a fim de responder os objetivos deste estudo e, assim, traçar o perfil do agressor de mulheres em Marabá.

O estudo contou com 216 atendimentos em 2019 e 271 em 2020. A análise descritiva dos dados, para cálculos de frequência absoluta e porcentagem das variáveis, foi organizada e realizada pelo software *Microsoft Excel 2016*®, sendo os resultados expressos em frequências e percentuais. Posteriormente, foi aplicado o teste do Qui-quadrado utilizando o software *Bioestat 5.3* para se ter uma maior transparência e qualidade na interpretação. Os resultados estão disponíveis em tabelas e figuras embasadas em estudos similares realizados em outras regiões.

Em relação aos aspectos éticos, não houve discriminação na seleção de prontuários nem exposição a riscos desnecessários. Esta pesquisa obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Pará, com o parecer de número 4.118.779, obedecendo aos Critérios da Ética na Pesquisa e conforme resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

## 3. Resultados

É válido ressaltar que o Polo ParáPaz registra os atendimentos, ou seja, esses dados não são fixos, uma vez que a mesma mulher pode ter sido atendida mais de uma vez ou ter passado por mais uma especialidade. Bem como, pode não saber algumas informações acerca do agressor.

Objetiva-se, assim, relatar a demanda recebida pelo serviço do polo na região, mostrando o quanto a violência contra o público feminino se faz presente no município em questão.

Os dados que compõem o perfil do agressor encontrados nos anos de 2019 e 2020 estão agrupados na Tabela 1, em frequência relativa (Fr) e frequência absoluta (Fa).

**Tabela 1** – Resultado da análise das variáveis relevantes do perfil do agressor.

Variáveis	2019		2020		p-valor
	Fa	Fr%	Fa	Fr%	
<b>Sexo</b>					
Masculino	183	84,72	255	94,1	0.0005
Feminino	17	7,87	4	1,48	
Ignorado	16	7,41	13	4,43	
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100</b>	<b>271</b>	<b>100</b>	
<b>Faixa etária (anos)</b>					
18-29	43	22,63	58	26,85	<0.0001
30-39	44	23,16	69	31,94	
40-49	26	13,68	42	19,44	
Ignorado	77	40,52	47	21,76	
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100</b>	<b>216</b>	<b>100</b>	
<b>Relação vítima-agressor</b>					
Cônjuge	17	9,6	104	46,64	<0.0001
Ex-cônjuge	63	35,59	59	26,46	
Padrasto	20	11,30	-	-	
Vizinho	5	2,82	27	12,11	
Ignorado	72	40,68	33	14,8	
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>100</b>	<b>223</b>	<b>100</b>	

Fonte: Autores.

No ano de 2019, em relação a variável sexo a maioria dos agressores pertenciam ao sexo masculino (84,72%), seguido pelo sexo feminino (7,87%), sendo que a vítima não informou o sexo do agressor em 7,40% dos casos. A faixa etária dos agressores demonstrou-se mais expressiva de 30-39 anos, totalizando das 23,16% das ocorrências; seguidos por 19-29, com 22,63%; de 40-49 foram 13,68%; entre 50-59 7,36% e os idosos representaram 4,73%; o grupo de não informados totalizou 28,42% casos. Quanto ao grau de parentesco, houve maior representatividade de ex-cônjuges (35,59%), padrasto (11,29%) e cônjuges (9,60%), havendo também os casos em que a vítima não tinha informações acerca do agressor (8,47%).

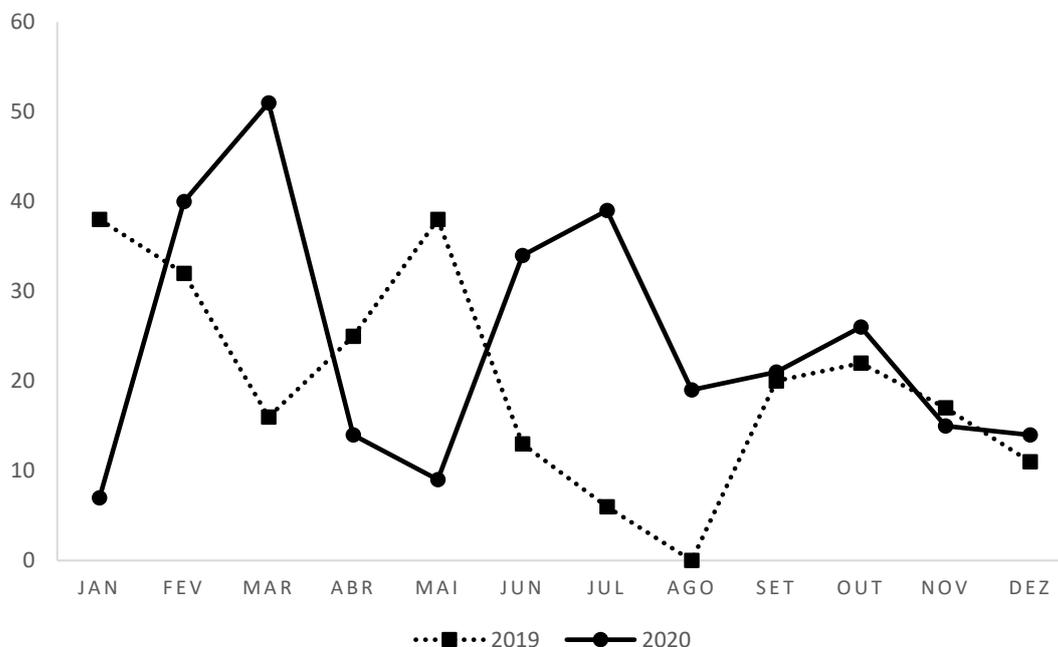
No ano de 2020, evidenciou-se que os homens correspondem a maioria dos agressores, 94,09%. Do restante, 1,48% eram mulheres e 4,43% não foram informados. Em relação a idade, foi observado a variação entre 18 e mais de 60 anos, ocorrendo a maior representação na faixa etária de 30 a 39 anos, que consiste em 31,94% dos dados, sendo seguido da faixa de 18 a 29 anos (26,85%), 40 a 49 anos (19,44%), 50 a 59 anos (6,48%) e 60 ou mais (5,09%). Nesse quesito, não foram informados 10,19% dos casos. Quanto a relação entre o agressor e a vítima, relatou-se majoritariamente como cônjuge, em 46,64%, ex-cônjuge em 26,46% e vizinho 12,11%.

No ano de 2019 e 2020, a escolaridade e a religião do agressor não foram informadas em mais de 90% dos casos. As variáveis ignoradas englobam fichas de atendimento incompletas ou com informações insuficientes, o que representa um baixo

valor de significância para o trabalho.

Os dados referentes as notificações de casos estão esquematizadas na figura 1, em duas curvas que representam os anos pesquisados.

**Figura 1** – Curva de novos casos de agressão por mês.



Fonte: Autores.

#### 4. Discussão

A partir da análise dos resultados obtidos, foi possível constatar que os autores das agressões eram majoritariamente do sexo masculino, com idade entre 30 e 39 anos. Em pesquisas realizada em Ribeirão Preto e na região norte do México, essa faixa etária também se fez presente, com idades médias de 35 e 33 anos, respectivamente. (Vasconcelos, Holanda & Albuquerque, 2016). O segundo intervalo etário mais frequente, de 18 a 29 anos, também é registrado no estudo de Madureira et al. (2014), com autos de prisão em flagrante no Paraná.

Faz-se importante ater-se a esses dois grupos etários, uma vez que na tentativa de compreender a relação idade com agressão, Bezerra e Rodrigues (2021), relataram que há mais nitidamente nessa faixa etária um descontrole emocional, hostilidade e frustração frente a falta de autocontrole externo. Tal perspectiva também é reforçada por Vasconcelos, Holanda & Albuquerque (2016), que direciona a violência física como uma possível causa da condição cultural do gênero agregada a imaturidade afetiva presente nesse grupo etário masculino. Além disso, tem-se que essa faixa etária encontra-se em idade produtiva laboral, atingindo grande força física, configurando maior risco à cômputo quando se perpetua a cultura de violência presente no contexto em que estão inseridos.

Em relação a escolaridade, não foi possível identificar um perfil, tendo em vista que na maioria dos atendimentos esses dados não foram coletados. No entanto, em outros estudos evidencia-se a baixa escolaridade, com cerca de 90% alfabetizados (Bezerra & Rodrigues, 2021). Cabe destacar a associação de menor tempo de estudo com maior vulnerabilidade financeira, Moraes et al. (2018) destaca que o estresse ocasionado pela pobreza possa desenvolver frustrações no homem quanto ao seu papel social de provedor da relação, além disso, mulheres em vulnerabilidade social denunciam mais casos de violência quando

comparadas a pessoas economicamente privilegiadas. Em consonância, a autora também discorre sobre mulheres em situações de vulnerabilidade recorrerem a delegacias em busca de uma ação pontual que possa dar um novo direcionamento à relação para que o parceiro não retorne a proceder com violência, enquanto situações de agressão conjugal em classes mais abastadas tendem a ser subnotificadas em serviços de autoridade pública e serem tratados por serviços especializados como o acompanhamento psicoterápico.

Quanto ao vínculo da vítima com o agressor, destacou-se ex-cônjuge em 2019 e cônjuge em 2020, evidenciando uma mudança no perfil do agressor nesse ano. Tal achado condiz com o encontrado por Griebler e Borges (2013), demonstrando que a autor da violência em geral trata-se de uma pessoa de convívio intrafamiliar com a vítima, além disso, tem-se que a residência é um local privilegiado quando se trata da violência não-letal contra mulheres (Leite et al., 2019). Em pesquisa realizada com homens denunciados criminalmente por violência conjugal, as entrevistas evidenciam uma naturalização da violência nas relações maritais na perspectiva masculina, tornando-a cotidiana no convívio com a parceira, fazendo com que muitos não entendam o motivo que os levou ao encarceramento (Scott & Oliveira, 2018).

Essa normalização parte do caráter cíclico da violência conjugal, com início em uma fase mais branda envolvendo pequenos desentendimentos, culminando em agressões e situações consideradas mais graves, seguidas de um período pacífico, fazendo com que haja a ideia de que foi um momento passageiro e intrínseco ao relacionamento. Além disso, características transgeracionais contribuem para a normalização da violência, visto que filhos de casais em relacionamento violento tem maior propensão a perpetuar o comportamento em relações futuras (Paixão et al., 2018). A naturalização da violência é problemática pois os agressores não reconhecem a gravidade de seus atos, promovendo uma transferência dessa responsabilidade para a vítima como forma de diminuir as possíveis punições advindas da prática de violência (Scott & Oliveira, 2018).

Somado a isso, há ainda diversos fatores que possam dificultar ou impossibilitar a saída da mulher da situação de violência com o cônjuge, tais como sentimento de vergonha, desinformação acerca dos seus direitos, ameaças, dependência financeira, crença na mudança do agressor, não confiabilidade nas instituições de segurança e judiciais, entre outros. Esse cenário é problemático, tendo em vista que as consequências maléficas dessas violências não se restringem ao período em que ocorreram, podendo perpetuar por toda a vida e gerar prejuízos na saúde física, emocional e na relação social, pessoal e familiar dessas mulheres (Bezerra & Rodrigues, 2021).

O início de 2020 foi marcado pela instalação da pandemia do novo coronavírus, levando muitas famílias a um contexto de isolamento social, deixando diversas mulheres a permanecerem mais tempo com seus parceiros, o que resultou diretamente nos elevados índices de registros de novos casos de violência nesse ano:

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o número de ligações para o Ligue 180, que recebe denúncias de violência contra a mulher, aumentou aproximadamente 9% após o estabelecimento do isolamento social a fim de conter a pandemia de COVID-19 (Senado, 2020).

Comparando os meses de março de 2019 e 2020, observou-se aumento de 218,75% de novos casos registrados em Marabá-PA, o que se relaciona diretamente à pandemia, já que a vítima fica submetida a passar longos períodos de tempo ao lado do agressor. No final de março e ao longo de abril e maio, ressalta-se a diminuição gradativa dos casos, que pode ser explicada por que a maioria das mulheres não teve acesso ao serviço de apoio durante a pandemia, devido a paralisação. Além disso, presume-se que a diminuição de casos recorrentes de violência ocorra por receio das vítimas em comparecer em órgãos públicos por vezes seguidas (Gulati & Kelly, 2020).

Ademais, Okabayashi et al. (2020) também ressalta outro problema que impede a mensuração desse cenário de violência no Brasil, que são as subnotificações, problemática esta que foi agravada nesse período pandêmico, resultando em uma falsa realidade na quantidade de casos e dificultando diretamente estratégias para controle dos casos e proteção da vítima.

Em se tratando da distribuição dos registros, observa-se alta dos números de registros de violência contra mulher nos meses correspondentes ao período festivo do carnaval nos dois anos pesquisados. Nesse sentido, Garcia & Sousa (2015), ressaltam sobre práticas abusivas de homens contra mulheres nesse período advém de uma narrativa machista ainda presente na sociedade atual, tornando assim, tais ações regularizadas e legitimadas como “atos pequenos”, “brincadeiras” ou tidas como normais. Em contraste, diversas campanhas educativas surgem para tentar diminuir os casos de abusos, tais campanhas visam conscientizar e focam em práticas educativas, em destaque, tem-se a folkcomunicação:

A folkcomunicação é, por natureza e estrutura, um processo artesanal e horizontal, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagem e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa. (Beltrão, 1980, p. 28).

Assim, utiliza-se do artifício visual para transmitir uma mensagem de ruptura de padrões e da marginalização da figura feminina em relação ao homem. Essas propagandas envolvem mensagens que visam o empoderamento feminino para um cenário de libertação de amarras sociais históricas que ainda favorecem a ideologia machista. Nesse sentido, é imprescindível que tais estratégias publicitárias ocorram com maior frequência, a fim de promover reflexões sobre a problemática em questão (Oliveira, Costa & Maia, 2017).

Para Oliveira, Costa e Maia (2017), a mulher é sempre vista em segundo plano, quando comparada ao homem, e na maioria das vezes, a figura feminina acaba por ser objetificada, o que é agravado em períodos de festividades. Desse modo, os números mais elevados de novos casos nesse contexto podem ser explicados pela idealização do carnaval como um momento que possibilita a corrupção de valores e, muitas vezes, utiliza-se desse período para cometer possíveis abusos. Nessa conjuntura, a mulher se encontra em um cenário de injustiças e inseguranças, como observados índices elevados de notificações nos anos de 2019 e 2020 para os meses de final de ano, o que pode ser correlacionado com mais um período de festas, levando a outro momento de fragilidade para a mulher.

## 5. Conclusão

A violência contra a mulher é uma problemática na qual o Brasil se destaca no contexto mundial. Tal fato reafirma a necessidade de compreender o perfil dos autores de agressão para auxiliar a resolução de tais desafios. Assim, ao caracterizar o perfil do agressor por pessoas do sexo masculino, na faixa etária de 30 a 39 anos, sendo principalmente parceiro íntimo, cônjuge ou ex-cônjuge, demonstra-se a vulnerabilidade das mulheres, uma vez que essas agressões ocorrem sobretudo no domicílio.

Por outro lado, tem-se a subnotificação da violência que pode ser somada às poucas informações existentes nas fichas de atendimento, refletindo novamente a vulnerabilidade feminina no ato de denunciar, tendo em vista que essas questões são relatadas pelas vítimas e muitas vezes não são de seu conhecimento. Nesse sentido, para combater a realidade evidenciada é necessário a efetivação de estratégias de prevenção a essa problemática, mediante a implementação de ações educativas que envolvam a população.

Ademais, espera-se com essa pesquisa instigar novos estudos para maior compreensão desse fenômeno na região, bem como orientar trabalhos similares em outros locais, tendo em vista que conhecer o perfil do agressor é essencial para práticas profiláticas direcionadas e assertivas. Por fim, estudos futuros devem utilizar outros desenhos metodológicos a fim de superar possíveis problemas com a subnotificação evidenciada no presente estudo.

## Referências

- Beltrão, L., 1980. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. Cortez.
- Bernado, A. M. C. S. (2019). Patrulha Maria da Penha: impactos na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência em casos de violência doméstica contra a mulher no município de Belém- Pará. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública). PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil.
- Bezerra, A. R. & Rodrigues, Z. M. R. (2021). Violência contra mulheres: o perfil da vítima e do agressor em São Luís-MA. *Revista Do Departamento de Geografia*, 41, e176806–e176806. <https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2021.176806>.
- Bott, S., Guedes, A., Ruiz-Celis, A. P., & Mendoza, J. A. (2021). La violencia por parte de la pareja íntima en las Américas: una revisión sistemática y reanálisis de las estimaciones nacionales de prevalencia. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 45, 1. <https://doi.org/10.26633/rpsp.2021.34>.
- Caicedo-Roa, M., Cordeiro, R. C., Martins, A. C. A., & Faria, P. H. de. (2019). Femicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(6). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00110718>.
- Cortez, M. B., & Souza, Lídio de. (2021). A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 129–142. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672010000200012&lng=en&lng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200012&lng=en&lng=pt).
- De Brito Oliveira, A. N., Costa, M. C. R. & Maia, A. K. A. (2017). O uso da folkcomunicação como ferramenta pedagógica e institucional no combate à violência contra a mulher no Carnaval de Recife em 2017. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1977-1.pdf>.
- Estrela, C. (2018). *Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa*. (3a ed.), Artes Médicas.
- Estrela, F. M., Gomes, N. P., Silva, A. F. da, Carvalho, M. R. da S., Magalhães, J. R. F. de, Pereira, Á., & Silva, E. A. da. (2020). Contributions of a social technology from the perspective of men being sued for gender violence. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(suppl 6). <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0598>.
- Garcia, D. A., & Sousa, L. M. A. e. (2015). “No carnaval a fantasia é minha. O corpo é meu”: memória e rupturas feministas na folia. *RUA*, 21(1), 87. <https://doi.org/10.20396/rua.v21i1.8637523>.
- Gattegno, M. V., Wilkins, J. D., & Evans, D. P. (2016). The relationship between the Maria da Penha Law and intimate partner violence in two Brazilian states. *International Journal for Equity in Health*, 15(1). <https://doi.org/10.1186/s12939-016-0428-3>.
- Griebler, C. N. & Borges, J. L. (2013). Violência Contra a Mulher: Perfil dos Envolvidos em Boletins de Ocorrência da Lei Maria da Penha. *Psico*, 44(2), 7. <https://doi.org/https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5631467.pdf>.
- Gulati, G., & Kelly, B. D. (2020). Domestic violence against women and the COVID-19 pandemic: What is the role of psychiatry? *International Journal of Law and Psychiatry*, 71, 101594. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2020.101594>.
- Leite, F. M. C., Luis, M. A., Amorim, M. H. C., Maciel, E. L. N., & Gigante, D. P. (2019). Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22. <https://doi.org/10.1590/1980-549720190056>
- Madureira, A. B., Raimondo, M. L., Ferraz, M. I. R., Marcovicz, G. de V., Labronici, L. M., & Mantovani, M. de F. (2014). Profile of men who commit violence against women who are arrested in delicto flagrante: contributions to confronting the phenomenon. *Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem*, 18(4). <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140085>.
- Moraes, M. do S. B., Cavalcante, L. I. C., Pantoja, Z. C., & Costa, L. P. (2018). Violência por Parceiro Íntimo: Características dos Envolvidos e da Agressão. *PSI UNISC*, 2(2), 78–96. <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/11901>
- Okabayashi, N. Y. T., Tassara, I. G., Casaca, M. C. G., Falcão, A. de A., & Bellini, M. Z. (2020). Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil - impacto do isolamento social pela COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(3), 4511–4531. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-049>.
- Paixão, G. P. do N., Pereira, A., Gomes, N. P., Sousa, A. R. de, Estrela, F. M., Silva Filho, U. R. P. da, & Araújo, I. B. de. (2018). Naturalization, reciprocity and marks of marital violence: male defendants’ perceptions. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(1), 178–184. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475>.
- Scott, J. B., & Fernandes, I. (2018). Perfil de Homens Autores de Violência Contra a Mulher: Uma Análise Documental. *Revista de Psicologia Da IMED*, 10(2), 71–88. <https://doi.org/https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6783801.pdf>
- Semahegn, A., Torpey, K., Manu, A., Assefa, N., Tesfaye, G., & Ankomah, A. (2019). Are interventions focused on gender-norms effective in preventing domestic violence against women in low and lower-middle income countries? A systematic review and meta-analysis. *Reproductive Health*, 16(1). <https://doi.org/10.1186/s12978-019-0726-5>.
- Senado Federal (Brasília, 2020). *Projetos buscam garantir atendimento a mulheres vítimas de violência durante a pandemia*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/projetos-buscam-garantir-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia-durante-pandemia>.
- Vasconcelos, M. S., Holanda, V. R., & Albuquerque, T. T. (2016). Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres. *Cogitare Enfermagem*, 21(1). <https://doi.org/10.5380/ce.v21i1.41960>.